

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

01. Às vezes, a intervenção federal depende de requisição do Poder Judiciário ao Presidente da República para baixar o decreto interventivo. Na hipótese de haver recusa à execução de lei federal por parte do Estado de Mato Grosso, a competência para fazer referida requisição é do:

- a) Superior Tribunal de Justiça;
- b) Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Conselho Nacional de Justiça

02. A Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, positivou a súmula vinculante. Dentre outros objetivos, pretende-se com a inovação reduzir o volume de processos no Poder Judiciário, tornando mais célere a Justiça. Nesse sentido, as súmulas do Supremo Tribunal Federal existentes antes da referida Emenda Constitucional:

- a) passaram, incontinenter, a produzir efeito vinculante com a promulgação da citada Emenda Constitucional;
- b) produzirão efeito vinculante após sua confirmação por 2/3 (dois terços) de seus integrantes e publicação na imprensa oficial;
- c) não poderão produzir efeito vinculante, posto que a emenda não possui efeito retroativo;
- d) produzirão efeito vinculante, desde que sejam ratificadas por maioria absoluta de seus integrantes.

03. Cogita-se a possibilidade de surgir um novo Estado na federação brasileira, formado de parte da área do atual Estado de Mato Grosso. No caso de surgimento de um novo Estado, remanescendo o Estado de Mato Grosso, pode-se dizer que houve:

- a) desmembramento;
- b) incorporação;
- c) subdivisão;
- d) fusão.

04. Prevê o artigo 15, III, da Constituição da República que a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é causa de suspensão dos direitos políticos. O assunto, porém, mereceu regramento específico pelo legislador constituinte no que tange aos Deputados e Senadores. A perda do mandato de um Senador que sofreu condenação criminal em sentença transitada em julgado:

- a) será automática, tendo em vista ter ele perdido os direitos políticos;
- b) dependerá de decisão da mesa do Senado Federal;
- c) dependerá de decisão do Supremo Tribunal Federal;
- d) dependerá de decisão do Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta.

05. Conseqüência lógica da forma federativa de Estado é a capacidade de auto-organização dos entes que compõem a federação. Assim sendo, pode-se afirmar que:

- a) o poder constituinte decorrente pode adotar nos Estados o regime parlamentarista de

governo;

b) O poder constituinte decorrente está impedido de inserir na Constituição estadual o regime parlamentarista de governo, porém pode criar vários mecanismos de relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo típicos do parlamentarismo, como, por exemplo, a moção de desconfiança e a dissolução da Assembléia Legislativa pelo Governador;

c) o poder constituinte decorrente está impedido de adotar nos Estados o regime parlamentarista de governo;

d) o poder constituinte decorrente pode adotar nos Estados, além do regime parlamentarista, a forma monárquica de governo.

06. Segundo dispõe a Constituição do Estado de Mato Grosso, são gratuitas as ações:

a) somente *habeas corpus* e *habeas data*;

b) *habeas corpus* e possessórias;

c) *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e possessórias;

d) *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular e mandado de segurança.

07. No que tange à ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) não admite intervenção de terceiros nem do *amicus curiae*;

b) pode ser declarada a inconstitucionalidade sem redução do texto da lei;

c) a desistência é possível antes da citação do Advogado-Geral da União;

d) a decisão do relator que indeferir a inicial deverá ser remetida, de ofício, ao Tribunal pleno para ratificação ou não.

08. No pregão, a fase de adjudicação do bem ocorre:

a) antes da homologação;

b) após a homologação;

c) antes da classificação das propostas;

d) após a habilitação.

09. O vínculo entre uma entidade qualificada como Organização Social e o Poder Público ocorre mediante:

a) convênio;

b) parceria;

c) contrato de gestão;

d) parceria público privada.

10. A rescisão unilateral de uma concessão de serviços públicos por inadimplemento contratual do concessionário chama-se:

a) caducidade;

b) cassação;

c) anulação;

d) revogação.

11. Marque a alternativa que apresenta as modalidades de licitação que utilizam o registro de preços:

a) concorrência e tomada de preços;

b) concorrência e pregão;

- c) concorrência e leilão;
- d) leilão e pregão.

12. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas depende dos seguintes requisitos, EXCETO:

- a) autorização por lei específica;
- b) atendimento às condições previstas na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) previsão no orçamento ou em seus créditos adicionais;
- d) constituição de garantia equivalente.

13. Marque a alternativa que NÃO apresenta hipótese de afastamento de servidor público federal regido pela Lei 8112/90:

- a) cessão a órgão da união;
- b) para exercício de mandato federal;
- c) para desenvolver missão no exterior;
- d) para desempenho de mandato classista.

14. João não tem residência fixa, nem centro de atividade certo, o seu domicílio tributário:

- a) será o local da residência dos seus pais;
- b) será o local de seu nascimento;
- c) poderá ser o da localização de seus bens, caso possuir;
- d) poderá ser qualquer local.

15. A imunidade recíproca estende-se às:

- a) entidades sindicais;
- b) fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- c) concessionárias de serviço público;
- d) sociedades de economia mista.

16. Assinale a alternativa correta.

- a) a competência residual da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios permite a instituição de imposto novo, desde que tenha fato gerador diverso dos impostos já existentes;
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuições sociais em virtude de obra pública justificadora do interesse nacional;
- c) a União, os Estados, o distrito federal e os Municípios poderão instituir taxas, que é tributo vinculado cuja hipótese de incidência consiste no exercício do poder de polícia ou na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição;
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias de caráter urgente.

17. Quando a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal autorizam, por lei, terceiras pessoas a procederem à cobrança tributária e disporem do produto arrecadado para o implemento de suas finalidades tem-se a:

- a) sujeição ativa auxiliar;
- b) fiscalidade;

- c) extrafiscalidade;
- d) parafiscalidade.

18. Assinale a alternativa correta.

- a) na execução fiscal, a juntada da certidão da dívida ativa é facultativa;
- b) a ação anulatória em matéria fiscal tem por fim invalidar o lançamento ou a decisão administrativa questionada;
- c) pode haver, excepcionalmente, instrução probatória em mandado de segurança;
- d) a ação declaratória negativa pressupõe crédito fiscal já constituído definitivamente.

19. Assinale a alternativa correta.

- a) a anistia equivale à remissão do crédito tributário;
- b) a União Federal poderá conceder isenções de tributos estaduais e municipais através de lei complementar;
- c) a anistia significa o perdão, total ou parcial, das penalidades decorrentes de infrações tributárias;
- d) a anistia concedida em caráter geral será outorgada mediante lei específica e a anistia concedida em caráter limitado poderá ser outorgada por lei ou por despacho da autoridade competente.

COMERCIAL, CIVIL, CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL

20. A ação de execução do cheque prescreve em:

- a) 6 (seis) meses da data de emissão do cheque;
- b) 6 (seis) meses a contar do término do prazo de apresentação do cheque;
- c) 3 (três) anos da data de devolução do cheque sem provisão de fundos;
- d) 6 (seis) meses e 60 (sessenta) dias da data de emissão, quando emitido no lugar onde houver de ser pago (mesma praça).

21. Nas sociedades limitadas com onze ou mais sócios, é obrigatória a realização de assembléia para deliberação sobre as seguintes matérias indicadas no Código Civil brasileiro, EXCETO:

- a) modificação do contrato social;
- b) destituição de administradores;
- c) incorporação, fusão e dissolução da sociedade;
- d) dispensa de empregados.

22. O contrato típico pelo qual uma das partes obriga-se a obter pedidos de compra dos produtos fabricados ou comercializados pela outra parte é:

- a) contrato de compra e venda mercantil;
- b) contrato de representação comercial autônoma;
- c) contrato de arrendamento mercantil;

d) contrato de concessão mercantil.

23. Segundo súmula do STF, a prescrição de crime falimentar começa a correr:

- a) da data em que deveria estar encerrada a falência ou do trânsito em julgado da sentença que a encerrar ou que julgar cumprida a concordata;
- b) 2 (dois) do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência;
- c) 3 (três) anos a contar do encerramento do processo de falência;
- d) 3 (três) anos a contar da data em que deveria estar encerrado o processo de falência.

24. Considere as seguintes assertivas:

- I - a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento;
- II - nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciadas.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) as duas assertivas estão corretas;
- b) as duas assertivas estão incorretas;
- c) apenas a assertiva I está correta;
- d) apenas a assertiva II está correta.

25. No que tange à sucessão hereditária, o direito de representação dá-se:

- a) quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse;
- b) na linha reta descendente e ascendente;
- c) na linha transversal, sem restrições;
- d) na linha reta descendente e nunca na linha transversal.

26. Casamento realizado mediante erro, segundo o Código Civil, só pode ser anulado por demanda proposta:

- a) pelo cônjuge que incidiu em erro, seus ascendentes e descendentes;
- b) pelo cônjuge que incidiu em erro e seus ascendentes;
- c) pelo cônjuge que incidiu em erro e seus descendentes;
- d) pelo cônjuge que incidiu em erro.

27. Aluvião é:

- a) o fenômeno ocorrido por uma força natural violenta que faz uma porção de terra de um prédio se destacar e se unir a outro;
- b) o acréscimo formado, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas;

- c) o leito abandonado de corrente;
- d) o fenômeno ocorrido por uma força natural violenta que gera o abandono de leito de corrente.

28. Assinale a verdadeira:

- a) quando o mandato contiver cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos;
- b) o mandatário não pode reter a coisa de que tenha posse em virtude do mandato até que seja reembolsado das despesas que efetuou por dele;
- c) as somas adiantadas pelo mandatário em razão do mandato não vencem juros, mas apenas correção monetária;
- d) mandato público só pode ser substabelecido por instrumento público.

29. Analise as seguintes assertivas e depois responda:

I - na permuta, salvo disposição contratual em contrário, ficarão as despesas de registro e escritura a cargo do adquirente, e a cargo do alienante as da tradição;

II - na compra e venda não é possível que o preço seja fixado por taxa de mercado ou de bolsa, pois este deve ser certo e determinado no momento da avença.

Assinale, agora, a alternativa correta:

- a) as duas assertivas estão corretas;
- b) as duas assertivas estão incorretas;
- c) a primeira assertiva está correta e a segunda está incorreta;
- d) a primeira assertiva está incorreta e a segunda está correta.

30. Prescreve em 1 (um) ano:

- a) pretensão para haver prestações alimentares;
- b) pretensão para haver aluguéis de prédios rústicos;
- c) pretensão dos credores não pagos contra os sócios da sociedade;
- d) pretensão relativa à tutela.

31. Assinale a alternativa que caracteriza a posse de fâmulo:

- a) a posse exercida pelo locatário;
- b) a posse exercida pelo proprietário;
- c) a posse exercida pelo caseiro;
- d) a posse exercida pelo usufrutuário.

32. Cidadão cuiabano sofre grave lesão comprometedora da vida ao servir-se de ônibus municipal, em razão da negligência do motorista. Nesse caso, a responsabilidade em questão é denominada :

- a) pelo vício do serviço;
- b) pelo fato do produto;
- c) pelo vício do produto;

d) pelo fato do serviço.

33. No caso da questão anterior, o prazo para o cidadão reclamar seus danos é de:

- a) 90 (noventa) dias;
- b) 10 (dez) anos;
- c) 05 (cinco) anos;
- d) 07 (sete) dias.

34. Consumidor cobrado indevidamente tem direito:

- a) ao ressarcimento da quantia paga mais perdas e danos;
- b) à repetição do indébito, pelo valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais;
- c) à repetição do indébito, pelo valor igual ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais;
- d) à repetição do indébito por valor igual ao triplo ao que pagou em excesso.

35. O limite temporal máximo para que o consumidor permaneça negativado em órgão de proteção ao crédito é de:

- a) 05 (cinco) anos;
- b) 03 (três) anos;
- c) 90 (noventa) dias;
- d) 10 (dez) anos.

36. Para que um terceiro possa intervir como assistente simples em relação jurídica processual alheia é preciso que:

- a) demonstre qualquer interesse na causa;
- b) demonstre interesse econômico ou científico;
- c) a sua esfera jurídica possa vir a ser reflexamente atingida pela sentença proferida entre as partes;
- d) a coisa julgada operada entre as partes lhe seja subjetivamente estendida.

37. Na hipótese de ser proferida sentença condenatória em processo onde a citação inexistiu, é correto afirmar:

- a) não ocorrerá trânsito em julgado, vez que o processo não existiu juridicamente, podendo essa sentença vir a ser rescindida a qualquer tempo;
- b) a citação é pressuposto de existência do processo, mas a sua falta só pode ser argüida até o trânsito em julgado da sentença;
- c) a falta de citação é vício que deve ser alegado em preliminar de contestação, sob pena de preclusão;
- d) a falta de citação deve ser verificada de ofício pelo juiz e pode ser argüida pela parte a qualquer tempo e grau de jurisdição, escapando à eficácia preclusiva da coisa julgada.

38. Considerando-se que a ação de execução hipotecária é de natureza real, é correto afirmar:

- a) a competência executiva hipotecária não pode ser prorrogada pela vontade das partes por se tratar de competência absoluta;
- b) a ação de execução pode ser ajuizada no foro de eleição, por não encontrar vedação legal em contrário;

- c) a competência da ação de execução é fixada pelo exequente;
- d) deverá sempre ser ajuizada no domicílio do executado.

39. Epifânio e Inocêncio litigam sobre a posse de parte da Fazenda Araúna, localizada nos municípios de Poconé e Cáceres. Considerando-se que ambos os conflitantes ajuizaram interdito proibitório, cada qual em uma comarca, qual será a competente para julgar a lide?

- a) o juízo da comarca de Poconé, vez que foi o primeiro a despachar mandando citar;
- b) o juízo da comarca de Cáceres, onde primeiro foi a ação ajuizada;
- c) o juízo da comarca de Poconé, onde primeiro operou-se a citação;
- d) o juízo de Cáceres, onde primeiro operou-se a citação válida.

40. Intimado a pagar a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a qual fora condenado, o Requerido, no quinto dia do seu prazo recursal, vai a juízo e efetiva o depósito. No décimo dia, orientado por um novo advogado, interpõe recurso de apelação, por julgá-lo tempestivo. Na hipótese em tela:

- a) ocorreu a preclusão consumativa;
- b) ocorreu a preclusão temporal;
- c) ocorreu a preclusão lógica;
- d) não ocorreu a preclusão por estar o recurso no prazo.

41. Sobre a citação é correto afirmar:

- a) é ato que só pode ser realizado na pessoa do réu;
- b) não pode ser efetivada na pessoa do irmão do falecido até o vigésimo dia do óbito;
- c) quando ordenada por juiz incompetente não interrompe a prescrição;
- d) interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação.

42. Dentre as matérias que antecedem o mérito, indique as que não são consideradas de ordem pública:

- a) inexistência ou nulidade de citação;
- b) incompetência absoluta e preempção;
- c) litispendência e coisa julgada;
- d) convenção de arbitragem e incompetência relativa.

43. Sobre a execução contra a Fazenda Pública é correto afirmar:

- a) o prazo para ofertar os embargos é de 60 dias, por ter a Fazenda Pública prazo em quádruplo para contestar;
- b) o prazo para a Fazenda Pública ofertar embargos é de 30 dias;
- c) às sociedades de economias mistas também se aplicam as mesmas regras da Fazenda Pública para os embargos;
- d) os créditos de natureza alimentar não podem ser objetos de embargos pela Fazenda Pública, devendo ser imediatamente pagos, independente do seu valor.

44. Sobre o nosso sistema positivado de provas, é correto afirmar:

- a) o juiz só se valerá das regras relativas ao ônus da prova se o fato sobre ela não se encontrar provado.
- b) ao autor compete o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito quando, pelo réu, foi objetado por outro que o desconstitui;
- c) nas relações de consumo, a inversão do ônus da prova pelo juiz implica em

prejulgamento da causa;

d) a confissão do réu equivale ao reconhecimento do pedido do autor, autorizando o julgamento antecipado da lide.

PENAL E PROCESSO PENAL

45. Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) a participação de menor importância constitui circunstância atenuante;
- b) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, aumentada em um terço;
- c) o partícipe não pratica atos executórios do crime;
- d) a instigação é punível mesmo se o crime não chega a ser tentado.

46. No tocante à prescrição, é correto afirmar:

- a) o oferecimento da denúncia não a interrompe;
- b) a pena de multa sempre prescreve em dois anos;
- c) a reincidência aumenta o prazo da prescrição antes de transitar em julgado a sentença;
- d) as causas de aumento e diminuição não são levadas em conta no cálculo do prazo da prescrição antes de transitar em julgado a sentença condenatória.

47. Considerando as causas de exclusão de ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) apenas na legítima defesa o agente responderá pelo excesso doloso ou culposos;
- b) na legítima defesa o agente responderá pelo excesso doloso e culposos, enquanto no estado de necessidade responderá apenas pelo excesso doloso;
- c) no estado de necessidade, na legítima defesa, no estrito cumprimento do dever legal e no exercício regular de direito o agente responderá pelo excesso doloso ou culposos;
- d) o agente não responde pelo excesso culposos no exercício regular de direito.

48. Nos crimes omissivos:

- a) nos omissivos impróprios, não se exige a ocorrência de resultado;
- b) a produção de um resultado caracteriza os omissivos próprios;
- c) a figura do garante ou garantidor é específica do omissivo próprio;
- d) admite-se a forma culposa do omissivo impróprio.

49. O esbulho possessório:

- a) constitui crime, se praticado mediante violência à pessoa ou grave ameaça;
- b) constitui crime, desde que praticado por 4 (quatro) ou mais pessoas;
- c) não constitui crime, mas mera contravenção penal;
- d) não constitui crime, apenas ilícito civil, independentemente das circunstâncias em que ocorra.

50. Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa (artigo 155, § 2º, do Código Penal). Essa regra:

- a) aplica-se apenas ao crime de furto simples;
- b) aplica-se aos crimes de furto simples e de extorsão;
- c) aplica-se aos crimes de furto simples, apropriação indébita e receptação, dolosa ou culposa;
- d) aplica-se aos crimes de furto simples e receptação dolosa.

51. A fuga de presos:

- a) constitui contravenção penal, em qualquer circunstância;
- b) constitui crime, em qualquer circunstância;
- c) constitui crime apenas se houver violência contra a pessoa;
- d) constitui crime se houver violência contra a pessoa e dano ao estabelecimento prisional.

52. No processo penal comum, a apresentação de documentos:

- a) deve ser feita com a denúncia ou queixa e na defesa prévia, sob pena de preclusão;
- b) pode ser feita em qualquer fase processual, salvo os casos expressos em lei;
- c) deve ser feita até a fase do artigo 499 do Código de Processo Penal, sob pena de preclusão;
- d) depende da anuência da outra parte, se posterior à peça inaugural (denúncia ou queixa) ou à defesa prévia.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) na sentença penal condenatória, o juiz só poderá levar em conta as agravantes expressamente mencionadas na denúncia, sob pena de julgamento *extra petita*;
- b) é efeito da sentença penal condenatória recorrível o lançamento do nome do réu no rol dos culpados, sem afronta à Constituição da República;
- c) a sentença que julga extinta a punibilidade impede a propositura da ação civil *ex delicto*;
- d) a sentença que absolve o réu por não existir prova suficiente para a condenação não impede a ação civil *ex delicto*.

54. No tocante às medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta:

- a) não cabe o seqüestro dos bens imóveis adquiridos com os proventos da infração, quando já transferidos a terceiro;
- b) o seqüestro de bens imóveis será levantado se a ação penal não tiver sido proposta no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que se realizar a diligência;
- c) cabe o seqüestro de bens móveis se for igualmente cabível a busca e apreensão;
- d) são requisitos da hipoteca legal a certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

55. No tocante à revisão criminal, assinale a alternativa correta:

- a) a sentença que a julgar procedente pode alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo;
- b) deve ser proposta no prazo de até dois anos, contado do trânsito em julgado da sentença penal;
- c) a morte do autor provoca a sua extinção;

d) pode ser proposta tanto em face de sentença condenatória quanto de sentença absolutória própria ou imprópria.

56. No tocante às nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte é insanável;
- b) as omissões da denúncia ou queixa devem ser supridas antes da citação do réu ou querelado;
- c) a incompetência do Juízo anula todos os atos praticados, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente;
- d) a falta ou nulidade da citação estará sanada, se o interessado comparecer antes do ato consumir-se, ainda que o faça para o único fim de argüi-la.

57. No tocante à remição, assinale a alternativa correta:

- a) o tempo remido não será computado para a concessão do livramento condicional e indulto;
- b) a punição por falta grave acarreta a perda do direito do tempo remido;
- c) a remição aplica-se nos regimes fechado, semi-aberto e aberto;
- d) a cada cinco dias de trabalho, o preso poderá abater um dia da pena.

58. São atribuições do Conselho da Comunidade, EXCETO:

- a) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;
- b) entrevistar presos;
- c) orientar os condenados à pena restritiva de direitos;
- d) apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário.

TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

59. Assinale a alternativa correta:

- a) é válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, infenso à negociação coletiva;
- b) o ordenamento jurídico veda o salário complessivo, haja vista a possibilidade de o empregador “maquiar” o recibo de pagamento através da remuneração de vários títulos sob a mesma rubrica;
- c) o ato da assistência sindical na rescisão do contrato de trabalho constitui ônus do empregador;
- d) a recusa do empregador em fornecer as guias do seguro-desemprego ao empregado demitido não assegura o direito do trabalhador a ser indenizado.

60. Com relação à terceirização, é INCORRETO afirmar:

- a) é lícita quando resultante da intermediação de mão-de-obra destinada ao atendimento de atividade-meio;
- b) é ilícita a terceirização que decorre do fornecimento de mão-de-obra inserida na atividade-fim do tomador dos serviços;
- c) o tomador de serviços responde solidariamente pelos créditos trabalhistas do empregado

da empresa intermediadora ou fornecedora de mão-de-obra;
d) o trabalhador temporário (Lei nº 6.019/1974) tem direito à remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente.

61. O dever de promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito:

- a) é exclusivo dos sindicatos de empregadores;
- b) é exclusivo dos sindicatos dos empregados;
- c) é comum aos sindicatos de empregadores e empregados;
- d) não existe previsão legal desse dever.

62. Assinale a alternativa correta:

- a) as despesas resultantes da transferência serão divididas entre empregador e empregado;
- b) em caso de necessidade de serviço, a transferência é possível, mediante um pagamento suplementar nunca inferior a 15% (quinze por cento);
- c) não se considera transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do domicílio do empregado;
- d) mesmo ocorrendo a extinção do estabelecimento, a transferência não é lícita.

63. No tocante à remuneração das férias, é correto afirmar:

- a) quando o trabalho for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando o valor do salário na data da concessão das férias;
- b) a parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação da CTPS;
- c) quando o trabalho for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias;
- d) todas as alternativas estão corretas.

64. São causas extintivas do contrato de trabalho por iniciativa do empregador, EXCETO:

- a) violação do segredo da empresa;
- b) abandono de emprego;
- c) rescisão indireta;
- d) prática reiterada de jogos de azar.

65. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, todos oriundos da magistratura de carreira;
- b) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos;
- c) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente,

constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo;

d) Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição.

66. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei:

a) somente a supervisão administrativa e financeira da Justiça do Trabalho de primeiro grau;

b) somente a supervisão financeira e orçamentária da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

c) somente a supervisão patrimonial e financeira da Justiça do Trabalho de primeiro grau;

d) todas alternativas estão incorretas.

67. Em execução trabalhista, na hipótese de omissão da CLT, esta prevê expressamente:

a) a aplicação da Lei de Execução Fiscal;

b) a aplicação do Código de Processo Civil;

c) a aplicação dos princípios gerais de direito;

d) nenhuma das alternativas está correta.

68. Na ação de inquérito para apuração de falta grave, no caso do não comparecimento do empregador em audiência:

a) o empregador será declarado revel e sujeito à pena de confissão quanto à matéria de fato;

b) o inquérito será extinto sem julgamento de mérito (arquivamento);

c) a audiência deverá ser adiada, designando nova data;

d) o inquérito será julgado com a apreciação do mérito.

69. São recursos previstos na CLT:

a) embargos, recurso ordinário, recurso de revista e agravo;

b) embargos, recurso ordinário, recurso de revista, agravo e recurso especial;

c) embargos, recurso ordinário, recurso de revista, agravo, recurso extraordinário e recurso especial;

d) embargos, agravo, recurso de revista e recurso especial.

70. Assinale a alternativa correta:

a) às vezes a nulidade poderá não ser pronunciada;

b) para declaração de nulidade no processo do trabalho, não tem nenhuma importância o prejuízo às partes litigantes;

c) não há possibilidade de declaração de nulidade de ofício no processo do trabalho;

d) mesmo sendo possível suprir a falta, a nulidade deverá ser declarada.

AMBIENTAL

71. O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, é de natureza:

- a) privada;
- b) difusa;
- c) pública;
- d) mista.

72. Analise as seguintes assertivas:

- I - vender “Balões de São João” constitui crime ambiental;
- II - a ação popular é instrumento de defesa do meio ambiente.

Assinale, agora, a alternativa correta:

- a) as duas assertivas estão corretas;
- b) as duas assertivas estão incorretas;
- c) a primeira assertiva está correta e a segunda está incorreta;
- d) a primeira assertiva está incorreta e a segunda está correta.

73. NÃO é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) o zoneamento ambiental;
- b) criação de áreas de proteção ambiental;
- c) o desenvolvimento sustentável;
- d) penalidades disciplinares ao não cumprimento de medidas de correção da degradação ambiental.

74. Analise as seguintes assertivas:

- I - a função social da propriedade inscrita no novo Código Civil brasileiro se coaduna com os preceitos básicos do direito ambiental;
- II - a idéia do *poluidor pagador* contraria os preceitos de direito ambiental, na medida em que é imperiosa a prevenção e a regeneração do meio ambiente.

Assinale, agora, a alternativa correta:

- a) as duas assertivas estão corretas;
- b) as duas assertivas estão incorretas;
- c) a primeira assertiva está correta e a segunda está incorreta;
- d) a primeira assertiva está incorreta e a segunda está correta.

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB E CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

75. São Comissões obrigatórias no Conselho Seccional, segundo o Regulamento Geral do Estatuto da OAB:

- a) de Meio Ambiente, de Ensino Jurídico e de Orçamento e Contas;
- b) de Estágio e Exame de Ordem, de Ensino Jurídico e de Defesa das Prerrogativas do

Advogado;

- c) de Estágio e Exame de Ordem, de Direitos Humanos e de Orçamento e Contas;
- d) de Direitos Humanos, de Ensino Jurídico e de Meio Ambiente.

76. O instituto da reabilitação:

- a) não está previsto no Estatuto da OAB;
- b) é previsto apenas para as sanções de censura e multa;
- c) depende do transcurso do prazo de um ano do cumprimento da pena e de provas de bom comportamento;
- d) independe da reabilitação criminal, quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime.

77. Considere as seguintes assertivas:

I - o advogado não está obrigado a guardar sigilo em depoimento judicial, mas pode opor-se a depor em inquéritos administrativos e policiais;

II - as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, segundo o criterioso juízo do causídico.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) a assertiva I está correta e a II incorreta;
- b) ambas as assertivas estão corretas;
- c) a assertiva II está correta e a I, incorreta;
- d) ambas as assertivas estão incorretas.

78. No tocante ao desagravo público, é correto afirmar:

- a) depende da concordância do ofendido;
- b) compete ao Conselho Federal promover o desagravo de Presidente de Conselho Seccional;
- c) independe de informações da pessoa ou autoridade ofensora, ainda que inexistam urgência e notoriedade do fato;
- d) pode ser promovido a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa, mas não de ofício.

79. O advogado empregado:

- a) será representado nos acordos e convenções coletivas pelo sindicato de advogados e, na sua falta, pela federação ou confederação de advogados;
- b) será representado pela OAB tanto nas convenções coletivas quanto nos acordos coletivos;
- c) será representado pelo sindicato de advogados nas convenções e acordos coletivos e, na falta daquele, pela OAB;
- d) será representado nos acordos coletivos pelo sindicato de advogados e nas convenções coletivas pela OAB.

80. Dentre as hipóteses abaixo, indique a INCORRETA:

- a) é direito do advogado a escolha do Estado da Federação onde pretende exercer sua profissão;
- b) é direito do advogado o ingresso nas salas de sessões dos Tribunais, podendo avançar

além dos cancelos;

c) é direito do advogado a comunicação com o seu cliente, de forma reservada, quando este estiver preso, ainda que considerado incomunicável;

d) é vedada ao advogado a negativa em testemunhar em juízo, no interesse da Justiça, sobre fato de seu conhecimento, ainda que se trate de sigilo profissional.

GABARITO - EXAME 1/2005 - 1ª FASE			
QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
01	C	41	D
02	B	42	D
03	A	43	B
04	D	44	A
05	C	45	C
06	D	46	A
07	B	47	C
08	T	48	D
09	C	49	A
10	A	50	D
11	B	51	C
12	D	52	B
13	D	53	D
14	C	54	D
15	B	55	A
16	C	56	D
17	D	57	B
18	B	58	C
19	C	59	B
20	B	60	C
21	D	61	B
22	B	62	C
23	A	63	D
24	B	64	C
25	A	65	A
26	D	66	D
27	B	67	A
28	A	68	B
29	B	69	A
30	C	70	A
31	C	71	B
32	D	72	A
33	C	73	C
34	B	74	C
35	A	75	C
36	C	76	C

37	D	77	D
38	B	78	B
39	D	79	A
40	C	80	D

Obs.: A questão de nº 08 é nula